

# Congresso se reúne a partir do dia 7 para votar Medidas Provisórias

O presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), recebeu ontem, às 17h30, a mensagem do presidente Fernando Collor pedindo a convocação extraordinária do Congresso no período de 7 a 31 deste mês. Os deputados e senadores terão que apreciar, nesses 24 dias, um conjunto de cinco Medidas Provisórias: a nº 288, que dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo dissolver ou privatizar a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro; a nº 289, sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); a nº 290, sobre as regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares; a nº 291, sobre a locação predial urbana (aluguéis); e a nº 292, sobre a política salarial (reedição da MP nº 273, que venceu no dia 29 de dezembro de 1989).

A mais polêmica dessas medidas é a da política salarial, que vem mantendo governo e oposição numa queda-de-braço quanto à reindexação dos salários. O deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), que foi o relator da MP original sobre os salários, afirmou ontem que o Palácio do Planalto não vai conseguir aprovar, sem modificações, a MP nº 292, reedição da MP nº 273, que autorizou a livre negociação entre patrões e empregados.

Para tentar limpar essa pauta de votação, ontem começou a “caça” aos parlamentares em férias. O líder do governo, senador José Ignacio Ferreira (PST-ES), está telefonando e telegrafando aos senadores governistas pedindo comparecimento, enquanto Nelson Carneiro disse que não vai tentar localizar parlamentares no Exterior: “Vamos telegrafar a cada parlamentar em sua residência”.

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), afirmou que com a convocação extraordinária não impedirá o presidente Collor de baixar outras Medidas Provisórias, inclusive de caráter econômico, mesmo com prazo terminando no início da próxima legislatura, que começará no dia 1º de fevereiro. “Com o Congresso funcionando, apesar do caráter extraordinário, o presidente tem competência para assinar outras medidas”.

04 JAN 1991

O líder do PCB também defende a convocação paralela e simultânea do Congresso por iniciativa dos presidentes da Câmara e do Senado, para apreciar “outras matérias urgentes e relevantes”, concordando com proposta neste sentido feita ontem pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) a Nelson Carneiro.